

# Meio ambiente e pobreza entre populações não tradicionais

## Environment and poverty among non-traditional populations

Marcelo Alario Ennes<sup>1</sup>  
m.ennes@uol.com.br

### Resumo

*O presente artigo tem como objeto privilegiado de análise o povoado Rio das Pedras, localizado no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, estado de Sergipe. O estudo foi motivado pela necessidade de conhecer a realidade socioambiental de populações que foi recentemente modificada pela criação de uma unidade de conservação. Desse modo, procuramos dar visibilidade a um grupo social que não pode ser chamado de população tradicional, mas que se caracteriza por sua vulnerabilidade social, econômica e política. O estudo foi realizado por meio da combinação de técnicas para obtenção de dados quantitativos e qualitativos, que incluiu levantamento bibliográfico e trabalho de campo. A pesquisa indica que, por não terem visibilidade política e teórica, as populações não tradicionais diretamente envolvidas na criação de unidades de conservação passam a ter suas condições de vida ainda mais agravadas, além de serem submetidas a uma nova dinâmica de subordinação política e social.*

**Palavras-chave:** unidades de conservação, populações não tradicionais, conflitos ambientais, justiça ambiental.

### Abstract

*This article analyzes the village of Rio das Pedras, which is located around the Serra Itabaiana National Park in the state of Sergipe. The study was motivated by the need to get to know the population's socio-environmental reality, which has been recently modified by the creation of a conservation unit. Thus it tries to give visibility to a social group that cannot be called traditional population, but is characterized by its social, economic and political vulnerability. The study was conducted through a combination of techniques to obtain quantitative and qualitative data, which included a literature review and field research. It indicates that, due to their lack of political and theoretical visibility, the non-traditional population groups directly involved in the creation of conservation units are having their living conditions further aggravated and are subjected to a new dynamics of social and political subordination.*

**Keywords:** conservation units, non-traditional population groups, environmental conflicts, environmental justice.

<sup>1</sup> Docente da Universidade Federal de Sergipe. Rua Olímpio Grande, s/n, 49500-000, Itabaiana, SE, Brasil. Departamento de Educação (DEDI). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Grupo de Estudos e Pesquisa "Processos Identitários e Poder" (GEPPIP).

## Introdução

O presente artigo tem como objeto de análise o povoado Rio das Pedras, localizado no entorno do Parque Nacional Serra de Itabaiana, Estado de Sergipe<sup>2</sup>. A população residente nesse povoado não pode ser caracterizada como tradicional porque está inserida, entre outras atividades econômicas, na produção de tijolos, telhas e blocos. Essas atividades já existiam antes da instalação da unidade de conservação e vêm crescendo significativamente nos últimos anos.

O estudo foi motivado pela necessidade de conhecer a realidade socioambiental de populações que foi recentemente modificada pela criação do Parque Nacional. Procuramos dar visibilidade a um grupo social que não recebe atenção da legislação ambiental brasileira, a exemplo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e que, normalmente, não tem sido objeto de estudos e pesquisas. Desse modo, essa população acaba por se tornar "invisível" e, muitas vezes, as suas características sociais, econômicas, políticas e culturais caem na "vala comum" dos que degradam a natureza. Uma situação que, como o estudo demonstra, agrava sua vulnerabilidade socioambiental.

Assim, nossa hipótese central de estudo é a de que, não obstante ser imprescindível no que diz respeito à preservação de biomas, espécimes da fauna e da flora, a criação de unidades de conservação produz novas relações de desigualdade e exclusão social ao não considerar aspectos socioculturais de comunidades pobres não tradicionais existentes na localidade. Invisibilizados socialmente, esses moradores acabam por sofrer com a expropriação e com a exploração material e simbólica.

A pesquisa foi realizada com base em levantamento bibliográfico e na combinação de dados quantitativos (aplicação de questionário) e qualitativos (observação e coleta de depoimentos). Desse modo, fundamentou-se nos procedimentos de pesquisa que, ainda que não se confundam com a "pesquisa participante", pautaram-se pela presença contínua dos pesquisadores no povoado Rio das Pedras. Coletamos dados quantitativos no povoado em duas ocasiões. O primeiro período de trabalho de campo ocorreu entre o final de 2007 e início de 2008. O segundo, no ano de 2012. Na primeira ocasião, realizamos 93 entrevistas e, em 2012, 81. Em ambos os casos, utilizamos um questionário com perguntas e respostas predefinidas e optamos por uma amostra não probabilística (Richardson, 1999). O questionário foi elaborado a partir do "formulário A" utilizado pelos agentes de saúde por entendermos que várias de suas questões contemplavam aspectos socioambientais que nos interessavam. Em 2012, incluímos algumas questões novas. A mais importante foi a que indagava o respondente se conhecia algum Parque Nacional. Isso porque a análise dos dados obtidos na aplicação dos primeiros questionários e as sucessivas visitas a campo apontaram

que, não obstante a proximidade física, muitos moradores não sabiam que viviam no entorno de uma unidade de conservação.

Como dissemos acima, visitamos o povoado tanto antes como após a aplicação dos questionários. No primeiro momento, buscávamos uma maior familiaridade com a realidade estudada em relação aos aspectos ambientais e também procurávamos criar uma base de confiabilidade com os moradores apresentando nossos propósitos e, à medida que eram sistematizados, alguns dos resultados da pesquisa. Com isso, pretendíamos contribuir para que os moradores compreendessem melhor a realidade em que vivem, bem como para ampliar as possibilidades de termos acesso a informações mais precisas e confiáveis. O trabalho de campo ainda nos possibilitou a coleta de depoimentos e relatos orais com moradores e lideranças locais, de modo a aprofundar e complementar os dados quantitativos, pois, tal como sugere Queiroz (2008, p. 35), "entrevistas qualitativas encerram a vivacidade dos sons, a opulência dos detalhes, a quase totalidade dos ângulos que apresenta todo fato social".

Além da introdução e da conclusão, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, introduzimos a discussão sobre a criação das unidades de conservação (UCs) como um dos desdobramentos do aumento da importância da problemática ambiental. Na segunda, apresentamos alguns aspectos da criação de UCs no Brasil e sobre a centralidade das populações tradicionais na questão ambiental. Na parte seguinte, é apresentado o povoado Rio das Pedras, recorte empírico deste artigo, ocasião em que problematizamos a realidade vivenciada pelos moradores que, além de herdarem problemas antigos, como baixa escolaridade e baixa renda, falta de qualificação profissional, ausência de saneamento básico, passaram a enfrentar novas dificuldades com a criação do Parque Nacional, por restringir as já precárias formas de sobrevivência. O quadro de vulnerabilidade é ampliado pela ausência quase completa do poder público e pela falta de políticas voltadas para a solução (ou, ao menos, mitigação) tanto dos velhos como dos novos problemas socioambientais. Por último, apresentamos uma reflexão sobre a necessidade de se dar maior visibilidade teórica e política às populações não tradicionais no debate sobre meio ambiente e sustentabilidade. Para tanto, recorreremos às ideias de "ecologismo dos pobres" e "conflitos e justiça socioambientais".

## Unidades de conservação e a questão socioambiental

As Unidades de Conservação (UCs) são dispositivos legais cujo objetivo consiste em estabelecer normas que regulamentem as relações humanas e sociais e a proteção de recursos naturais de uma determinada área espacial. As origens das UCs estão intimamente relacionadas à degradação ambiental provocada

<sup>2</sup> Este artigo é fruto de um trabalho coletivo desenvolvido pelos integrantes do Grupo de Estudos e Pesquisa "Processos identitários e poder", a quem agradeço.

pelos sociedades industriais, que têm feito da natureza o local de extração de recursos naturais para serem utilizados como matéria-prima dos processos produtivos e, também, de destinação de resíduos por eles gerados.

Nos últimos 200 anos, a ocupação urbana tem sido outra poderosa fonte de degradação da natureza e de seus recursos. A construção de grandes cidades, além de aumentar exponencialmente a demanda por alimentos e matérias-primas, produziu impactos ambientais profundos ao impermeabilizar o solo, contaminar a atmosfera, os rios, os lagos e os oceanos e, também, ao destruir comunidades e formas de vida tradicionais.

As primeiras UCs tiveram origens no século XIX (Diegues, 1996) e serviram como contraponto ao intenso processo de industrialização e urbanização decorrente da Revolução Industrial e do desenvolvimento do capitalismo. Nos Estados Unidos, as UCs foram concebidas como locais de refúgio, onde se conserva a "natureza" para ser contemplada pela população urbanizada e massificada pelo modelo de industrialização (Diegues, 1996).

Nesse primeiro momento, portanto, a criação das UCs tinha um caráter periférico nas discussões sobre desenvolvimento. Isso se explica, em parte, pelo fato da questão ambiental ainda não ser visualizada como um problema pelo pensamento hegemônico e não se apresentar como um obstáculo ao progresso. A compreensão sobre os limites dos recursos naturais surgiria de modo mais sistemático e com maior repercussão apenas no início da segunda metade do século XX.

## Política ambiental e populações tradicionais no Brasil

De acordo com Cunha e Coelho (2007, p. 47), a política ambiental brasileira pode ser dividida em três fases. A primeira corresponde aos anos 1930 a 1971, período em que se deu a construção da base de regulamentação dos usos dos recursos naturais. Na segunda fase (1972-1987), ocorreram o ápice da ação intervencionista do Estado e o aumento da percepção da crise ambiental. O último período teve início em 1988 e se estende até os dias atuais, fase em que se observam a descentralização da gestão e a disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

Instalado em 1937, o Parque de Itatiaia foi a primeira UC criada no Brasil. Depois disso, inúmeras UCs surgiram, por iniciativa tanto dos municípios quanto dos estados e da União. Mais recentemente, como parte de um processo mais abrangente, vieram à tona diversos instrumentos normativos, dentre os quais destaca-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), promulgado sob a forma de lei (Lei 9.985/2000) e regulamentado pelo decreto 4.340 de 2002.

No Brasil, e também na maioria dos países tropicais, as UCs, em sua grande maioria, guardam a particularidade de terem sido implantadas em regiões já habitadas pelas chamadas po-

pulações tradicionais. Para os fins deste artigo, compartilho da definição dada pelo Decreto n. 6.040<sup>3</sup>, de 07/02/2007. O inciso I do artigo 3º define povos e comunidades tradicionais como

*[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição [...]* (Brasil, 2007).

A referência às populações tradicionais na legislação brasileira, inclusive no SNUC, no qual se observam vários artigos destinados a esse grupo social, deve ser vista como fruto dos embates políticos travados por estudiosos dentro e fora da universidade e pelos movimentos sociais.

A importância das populações tradicionais para os estudos socioambientais produziu um conjunto de publicações nos últimos anos (Diegues, 1996, 2000; Teixeira, 2005; Creado *et al.*, 2008; Vecchiatti, 2004). Ao estudar as comunidades da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guaraqueçaba (PR), Teixeira (2005) ressalta a tendência das políticas ambientais naturalizarem as dimensões sociais em processos que resultam na instalação de unidades de conservação. A região, além das características ambientais que justificam a criação da APA, era, segundo a autora, um importante "remanescente da cultura tradicional caiçara" (Teixeira, 2005, p. 56). A exemplo de outras unidades de conservação, a presença humana é considerada um problema e não tem sido tratada como parte "inter-relacionada" da proteção ambiental (Teixeira, 2005, p. 63). Entendida desse modo, a tendência é priorizar "soluções técnicas" (Teixeira, 2005, p. 56). A esse respeito, em outra oportunidade, ressaltarei que os aspectos políticos e culturais representam um caminho para a crítica da tendência de redução da questão ambiental a dimensões técnicas e econômicas (Ennes, 2008).

A dimensão cultural tem sido colocada como parte imprescindível do debate sobre desenvolvimento sustentável. Leff está entre os vários autores que defendem essa ideia. Para o autor, "[...] é necessário construir uma racionalidade social e produtiva que, reconhecendo o limite como condição de sustentabilidade, funde a produção nos potenciais da natureza e da cultura" (Leff, 2007, p. 28).

Nessa linha de argumento, Vecchiatti propõe a inclusão da dimensão cultural como uma nova etapa do debate sobre desenvolvimento sustentável. Segundo a autora, "[...] o desenvolvimento cultural deve partir do reconhecimento dos cenários nos quais os atores sociais interagem, constroem espaços, mudam os valores e os 'olhares' sobre a vida em sociedade" (Vecchiatti, 2004, p. 94).

O outro estudo (Creado *et al.*, 2008) trata da comunidade Tambor, localizada na região amazônica, realidade marcada por tensas disputas em torno da autopromoção por parte de

<sup>3</sup> Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

seus moradores como povo tradicional. O estudo apoia-se na discussão da dimensão relacional das identidades e evidencia os embates políticos entre os atores sociais envolvidos em torno do poder de se designar como tradicional.

Observa-se, entretanto, que no Brasil as UCs não contemplaram apenas regiões habitadas por populações tradicionais, mas, também por comunidades que, embora pobres e vulneráveis socioambientalmente, não podem ser chamadas como tais. Essas populações ainda têm recebido pouca atenção dos estudiosos e dos movimentos ambientalistas. Muitas vezes, são colocadas na mesma condição daqueles que degradam o meio ambiente, tais como os donos de cerâmicas, industriais, fazendeiros, sem que se atente para suas particularidades sociais, políticas e culturais. Essas populações encontram-se, por assim dizer, no limbo teórico e político.

## Povoado Rio das Pedras: populações não tradicionais no entorno de uma UC

O Parque Nacional Serra de Itabaiana (PARNASI) foi criado em 2005. A sede do Parque está localizada no município de Areia Branca, no território do agreste central sergipano. Abrange uma área de 7.966 ha na qual estão contidas a Serra de Itabaiana, a Serra Comprida e a Serra do Cajueiro. O PARNASI encontra-se em uma situação de indefinição quanto à desapropriação das terras que até o momento pertencem a fazendeiros, sítiantes, moradores dos povoados do seu entorno e a donos de cerâmicas e de olarias. Além disso, o plano de manejo ainda não foi sequer elaborado, não obstante o SNUC prever que o prazo para sua elaboração é de cinco anos após a criação da UC. O protelamento tanto das desapropriações quanto do plano de manejo é fonte permanente de conflitos socioambientais na área.

A criação do Parque inseriu novos atores sociais no circuito das relações sociais, políticas e econômicas dos moradores. Na realidade, já no período que antecedeu a sua criação, uma nova dinâmica social envolveu os moradores, representantes da universidade, órgãos ambientais estaduais e representantes do poder local.

O novo circuito de relações surgido com a implementação das UCs tem produzido a violência simbólica contra os moradores mais pobres, a exemplo dos donos e trabalhadores de olarias, em especial sob a forma da ilegalidade ambiental e invisibilização social. Dessa forma, passam a ser identificados como responsáveis pela degradação dos recursos naturais do Parque e, portanto, aparecem como aqueles que não cumprem a legislação ambiental. O Estado e seus representantes relacionam-se com o povoado como se ele fosse homogêneo e como se todos os que ali vivem e trabalham agissem do mesmo modo e pelos mesmos motivos em relação aos recursos naturais localizados no interior do PARNASI e em seu entorno.

Em sua dissertação de mestrado, Morales (2011) reconstrói o campo de disputas em torno do processo da institucionalização do PARNASI. A autora demonstrou que, nesse campo, moradores e políticos locais, a imprensa, representantes do governo estadual e da universidade atuaram em condições assimétricas de poder. A decisão de se criar uma unidade de conservação na modalidade Parque Nacional foi resultado, sobretudo, dos estudos realizados por vários pesquisadores da Universidade Federal de Sergipe. O Parque Nacional, por suas características legais, representava uma iniciativa necessária para a garantia de preservação dos biomas e espécies e, por isso, foi saudado como um importante avanço por pesquisadores e técnicos da área ambiental. Ao mesmo tempo, de acordo com os pesquisadores, essa modalidade de UC melhor se enquadrava no perfil social e demográfico no qual está inserida. A decisão pela criação de uma UC na modalidade Parque Nacional envolveu uma série de atividades, como a aplicação do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) e audiências públicas. Em ambos os casos, parte dos moradores foi envolvida.

A realização do DRP, no entanto, não parece ter deixado registro na memória política dos moradores dos povoados. Na pesquisa realizada entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008, poucos entrevistados disseram ter participado de alguma das atividades que antecederam a criação do PARNASI<sup>4</sup>, realidade que pode ser ilustrada por meio da Tabela 1, que apresenta dados comparativos de dois povoados localizados no entorno do Parque.

Nessa direção, vários estudos (Botelli, 2010; Morales, 2011; Figueiredo, 2011; Ennes, 2010) realizados na área têm demonstrado que, mesmo que tenha havido a preocupação daqueles que defenderam a implementação do Parque, não se observou uma mobilização de modo mais consistente e que tenha gerado formas de organização política mais ativas no campo socioambiental nos povoados estudados.

O Parque faz divisa com um grande número de povoados. Para os objetivos deste artigo, delimitaremos o povoado Rio das Pedras como universo privilegiado de pesquisa. Esse povoado

**Tabela 1.** Tempo de moradia no povoado (parente mais antigo) (%).  
**Table 1.** Residence time in the village (older relative) (%).

Idade	Rio das Pedras		Bom Jardim	
	2007	2012	2007	2012
< 20 anos	30,2	12,3	0	3,3
> 21 < 40	10,6	16,1	0	1,7
> 41	28	38,3	81,8	60
n.r.	31,2	33,3	18,2	35
<b>Total</b>	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa de campo (2007/2008 e 2012).

<sup>4</sup> Nota-se que o trabalho de campo teve início apenas dois anos após a criação do Parque.

possui características bastante peculiares que o singularizam entre os demais localizados no entorno do PARNASI e evidenciam que não atende aos critérios da legislação para o enquadramento de seus moradores como comunidade tradicional.

Em primeiro lugar, ele é atravessado pela rodovia federal 235, que liga Aracaju, a capital do estado de Sergipe, aos municípios dos territórios do agreste central e alto sertão sergipano, bem como ao norte do estado da Bahia. No povoado, há uma concentração de estabelecimentos comerciais, tais como mercearias, açougues, restaurantes, *lan house*, assistência técnica de TV, olarias, cerâmicas, além de escola e associação de moradores. Essa configuração econômica resulta em diversificadas ocupações, muitas delas sem nenhuma ou com pouca relação com atividades rurais e/ou tradicionais (Tabela 2).

Esses dados evidenciam as atividades que dão ao Rio das Pedras uma condição peculiar, pois os povoados são considerados áreas rurais pelo IBGE. Assim, o povoado Rio das Pedras deve ser considerado como uma área híbrida (Canclini, 2007), já que, além de algumas dessas atividades acima serem mais tipicamente urbanas, há áreas destinadas à agricultura nas quais são cultivadas hortaliças para a venda nos mercados de Itabaiana e Aracaju.

A proximidade com a UC intensifica sua relação com os moradores do povoado, que a utilizam de vários modos. Na área do Parque próxima ao povoado, existem vários atrativos naturais para a prática de atividades de lazer, tais como trilhas, cachoeiras e pequenas piscinas naturais. Além das atividades de lazer, a serra é utilizada para a prática de atividades religiosas. No Dia de Todos os Santos (Ennes *et al.*, 2009; Santana, 2002; Menezes, 2004), há uma procissão que percorre cerca de 1 quilômetro até atingir seu cume. Antes da transformação da área em uma unidade de conservação, no caminho da volta da procissão, era realizada uma queimada da vegetação. No entanto, o uso mais intenso desta área é para a extração de areia e argila, matérias-primas para olarias e cerâmicas.

O povoado Rio das Pedras é caracterizado pela sazonalidade de sua população. O trabalho de campo e o levantamento de dados quantitativos indicam que pelo menos 40% dos respondentes ou seus parentes<sup>5</sup> viviam há mais de 40 anos no povoado.

Para completar o perfil socioeconômico do povoado, destaca-se o baixíssimo nível de escolaridade de seus moradores, conforme indica a Tabela 3.

Como se vê, os dados indicam que mais de 80% dos responsáveis pelo domicílio em 2012 não tinham sequer o ensino fundamental completo. O estudo indicou, assim, que o povoado Rio das Pedras possui uma tradição social e política marcada por clientelismo (Dantas, 1987), baixíssimo nível de escolaridade, atividades econômicas informais, fragilidade do poder público e ausência de equipamentos sociais.

**Tabela 2.** Ocupação dos respondentes (%).  
**Table 2.** Occupation of respondents (%).

Ocupação	N.	%
Aposentado/a	22	27,2
Cerâmica/Olaria	17	21,0
Agricultor/a	14	17,3
Dona de casa	9	11,1
Motorista	3	3,7
Cabelereiro/a	2	2,5
Doméstica	2	2,5
Pedreiro	2	2,5
Funcionário público	1	1,2
Manicure	1	1,2
Mecânico	1	1,2
Professora	1	1,2
Secretaria	1	1,2
Servente	1	1,2
Serviço geral	1	1,2
Taxista	1	1,2
Vigia	1	1,2
N.R.	1	1,2
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

**Tabela 3.** Escolaridade dos responsáveis pelo domicílio (%).  
**Table 3.** Education of house heads (%).

Escolaridade do responsável	N.	%
Analfabeto	14	17,3
Ensino fundamental completo	2	2,5
Ensino fundamental incompleto	51	63,0
Ensino Médio Completo	8	9,9
Ensino Médio Incompleto	3	3,7
n.r.	3	3,7
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Pesquisa de campo (abril/2012).

<sup>5</sup> Em uma das questões do questionário indagávamos sobre o tempo de moradia do respondente, de seu cônjuge e, também, quem era o parente que mais tempo vivia no povoado e há quanto tempo estava no local. Nosso objetivo com essa questão era mapear o enraizamento da população por meio do tempo de moradia.



Em síntese, as evidências de que o povoado Rio das Pedras não é uma comunidade tradicional podem primeiro ser encontradas na definição dada pela legislação brasileira. Como vimos, de acordo com o SNUC, a condição de tradicional inclui uma relação de ancestralidade da comunidade com o território. No entanto, os dados coletados indicam que menos da metade dos moradores vive há mais de 40 anos no povoado, o que é insuficiente para produzir várias gerações de uma mesma família e criar condições para a transmissão oral de tradições ligadas à relação com o local. Isso é reforçado, e esse é um segundo aspecto, de acordo com os dados obtidos, pelo pouco conhecimento dos moradores a respeito de plantas e animais existentes na região. Rio das Pedras também não é uma comunidade tradicional pelo fato de seus moradores estarem ocupados em atividades econômicas assalariadas, como, por exemplo, em olarias e cerâmicas. A produção de seus meios de vida, portanto, está submetida à lógica do capital e não a formas de produção herdadas de gerações anteriores sobre as quais pudessem ter controle.

A observação realizada durante o trabalho de campo e os dados coletados também apontam para uma condição de pobreza da maioria da população do povoado. Essa condição pode ser evidenciada pela combinação entre a renda<sup>6</sup> e a escolaridade baixas do chefe do domicílio. Destacam-se outros indicativos de pobreza, como a ausência de saneamento básico, além da exclusão da grande maioria dos moradores das redes de informação e de conhecimento, evidenciada, por exemplo, pelo baixo uso da internet<sup>7</sup>.

## Qual o lugar das populações não tradicionais no contexto do debate ambiental?

Os estudos realizados no povoado Rio das Pedras apontam para a existência de um grupo social que, em sua heterogeneidade, tem sido invisível tanto aos órgãos governamentais quanto aos estudos e pesquisas acadêmicas. Pode-se dizer que essa população vive no limbo das políticas públicas e das teorias relacionadas a questões socioambientais.

Isso porque, se a comunidade de moradores do povoado Rio das Pedras não pode ser considerada como população tradicional, também não pode cair na "vala comum" dos que degradam o meio ambiente. As pessoas que vivem, trabalham e produzem no povoado o fazem de modo diferente e desigual pelo fato de disporem, também de modo desigual, de capitais econômico (recursos financeiros) e social (escolaridade, penetração nas redes institucionais, conhecimento jurídico). Desse modo, ainda que seja plausível que provoquem degradação ambiental, não o fazem do mesmo modo e na mesma intensidade.

Como se vê, o conjunto dos aspectos até o momento apresentados não nos autoriza a pensar o povoado Rio das Pedras como uma comunidade tradicional. Isso quer dizer que os referenciais e categorias de análise fornecidos por parte considerável da bibliografia sobre meio ambiente pouco ajudam a compreender a realidade ali vivenciada.

Em um artigo publicado há alguns anos, Juan Martinez Alier propôs a discussão da questão ambiental a partir do que chamou de "ecologismo dos pobres" (Alier, 2007). Sua hipótese é a seguinte:

*[...] na busca do ecologismo dos pobres é que, se aceitarmos que o sistema de mercado generalizado e/ou o controle do Estado sobre os recursos naturais implica uma lógica de horizontes temporais curtos e que não assume os custos ecológicos, então os pobres, ao pedir acesso aos recursos, contra o capital e/ou Estado, contribuem ao mesmo tempo para a conservação dos recursos (Alier, 2007, p. 10).*

O "ecologismo dos pobres" se opôs tanto à lógica do mercado quanto ao Estado burocratizado (referência aos países do socialismo real), já que ambos externalizavam os custos ambientais. O "ecologismo dos pobres" expressa uma concepção teórica e política na qual a superação da pobreza é também a superação do atual estágio de degradação ambiental e, por ter filiação marxista, retoma, inclusive, a ideia de que a transformação histórica tem um agente privilegiado, no caso, os pobres.

A proposição de Alier é importante para se dar maior visibilidade às populações não tradicionais e em alguns pontos aproxima-se consideravelmente da realidade socioambiental aqui discutida, já que se refere a situações-limite em que "[...] camponeses e camponesas que queimam até o último ramo da última árvore do povoado, porque no povoado não tem gás butano disponível para cozinhar, ou camponeses que sacrificam a fertilidade do solo porque não têm tempo ou dinheiro para utilizar fertilizantes" (Alier, 2007, p. 11).

Essa é uma realidade parecida com a do povoado Rio das Pedras, onde a ação antrópica dos moradores sobre a área protegida pelo PARNASI se explica, ao menos em parte, pela pobreza e pela falta de alternativas de renda. A pesquisa revelou que é comum que moradores pratiquem extrativismo vegetal, animal e mineral na área protegida para garantirem condições elementares de sobrevivência. Há, no entanto, que se destacar que, quando exemplificado em manifestações concretas, o "ecologismo dos pobres" é expressão política de camponeses, como no México e na Índia, ou de seringueiros no Brasil. Essa é uma característica não observada no povoado estudado, que, como já dito, apresenta um nível bastante incipiente, ainda que não inexistente, de organização política.

Por sua vez, o debate que articula conflitos e justiça socioambiental é uma das chaves para melhor compreender a

<sup>6</sup> Cerca de 2/3 dos chefes de domicílio entrevistados recebiam menos de 1 salário mínimo na ocasião da realização das entrevistas.

<sup>7</sup> Sobre a importância das conexões no processo de empoderamento de atores sociais ver Canclini (2007).

realidade observada no povoado estudado. Os conflitos ambientais (Ascelrad, 2004, 2010; Lopes, 2006; Little, 2006; Zhouri e Laschefski, 2010) têm sido definidos como expressão de lutas e disputas entre atores sociais por recursos naturais, seja no plano material, seja no simbólico.

*Ao evidenciar a desigualdade distributiva e os múltiplos sentidos que as sociedades podem atribuir a suas bases materiais, abre-se espaço para a percepção e a denúncia de que o ambiente de certos sujeitos sociais prevaleça sobre o de outros, fazendo surgir o que se veio denominar de "conflitos ambientais" (Ascelrad, 2010, p. 109).*

Os conflitos ambientais podem ser tipificados de acordo com o recurso e o lugar em que ocorrem. Porto e Milanez, com base na análise da inserção do Brasil na qualidade de produtor de *commodities* no mercado global, definem quatro tipos de conflitos socioambientais: uso de terra na produção agrícola e animal, mineração e produção industrial (indústrias petroquímicas, de aço e alumínio), produção de energia e grandes obras de infraestrutura e conflitos urbanos associados à moradia e infraestrutura das cidades (Porto e Milanez, 2009, p. 1988-1989).

Os conflitos observados no povoado Rio das Pedras podem ser entendidos como um subgrupo dos conflitos relacionados à mineração e à produção industrial. Eles não se enquadram totalmente neste tipo de conflito porque o mercado no qual o povoado está inserido é regional e não global e, portanto, não podemos dizer que esteja associado à produção de *commodities* tal como Porto e Milanez (2009) definem. De qualquer modo, como já vimos, parte considerável de sua economia baseia-se em atividades industriais, como a produção de telhas, blocos e tijolos, cujo impacto socioambiental é produzido pela extração de argila, areia e madeira, na emissão de fumaça e nas condições de empregabilidade e trabalho.

O debate sobre justiça ambiental, por sua vez, é bastante esclarecedor da realidade vivenciada no povoado estudado. Primeiro, porque tem como pressuposto a existência de conflitos socioambientais e, segundo, porque considera que os atores sociais estão em posições assimétricas e que, portanto, estão em condições de desigualdade na disputa dos recursos socioambientais.

*A noção de "justiça ambiental" exprime um movimento de resignificação da questão ambiental. Ela resulta de uma apropriação singular da temática do meio ambiente por dinâmicas sociopolíticas tradicionalmente envolvidas com a construção da justiça social. Esse processo de resignificação está associado a uma reconstituição das arenas onde se dão os embates sociais pela construção dos futuros possíveis. E, nessas arenas, a questão ambiental se mostra cada vez mais central e vista crescentemente como entrelaçada às tradicionais questões sociais do emprego e da renda (Ascelrad, 2010, p. 108).*

Os estudos sobre justiça ambiental ampliam, assim, o campo de análise de modo a dar visibilidade às desigualdades e vulnerabilidades herdadas pelos atores sociais, tais como acesso à educação formal, à rede de saneamento básico, bem como aos problemas relacionados à baixa remuneração e à ausência de oportunidades de emprego e renda.

Não são poucos os casos, no Brasil e no mundo, que se aproximam da realidade vivida pelos moradores do povoado Rio das Pedras, isto é, encontram-se nas proximidades de uma unidade de conservação, área da qual dependem para sua sobrevivência material e simbólica, mas que não se enquadram em atividades que podem ser consideradas simbióticas, tal como descreve Diegues (1996) quando trata da criação de UCs, por exemplo, no Nepal.

Na realidade, a centralidade das populações tradicionais no debate ambiental representou um importante ponto inflexão de uma tendência que se delineava a partir da importação de modelos preservacionistas dos EUA e da valorização de aspectos econômicos e tecnológicos. Nesse aspecto, trazer para o debate a necessidade de não apenas levar em conta, mas desenvolver ações de proteção e promoção voltadas aos moradores (pescadores, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, etc.) já existentes nas áreas transformadas em unidades de conservação, representa um grande avanço, tanto do ponto de vista social e político quanto acadêmico. No entanto, nota-se que, a exemplo do povoado Rio das Pedras, nem todas as populações preexistentes a uma unidade de conservação são tradicionais e que, mesmo não o sendo, possuem relações materiais e simbólicas com o local e com seus recursos naturais, dos quais, muitas vezes, dependem para sua sobrevivência.

A ausência de legislação própria ou de referência explícita a populações não tradicionais no SNUC (principal referência legal para as unidades de conservação no Brasil) as torna mais vulneráveis social, econômica e politicamente. Do mesmo modo que a indiferenciação socioeconômica, a legislação trata da mesma maneira todos aqueles que não fazem parte de populações tradicionais. Assim, a homogeneização imposta pela legislação reforça a invisibilização dos atores sociais que já se encontravam em situação de vulnerabilidade social e econômica antes de serem inseridos no entorno de uma UC, realidade que se agrava face a um novo campo de disputa para o qual e no qual, tal como antes, não podem atuar a não ser em condições de desvantagem.

Pode-se dizer que a condição social e econômica desse contingente é invisibilizada, em parte, pela secundarização cada vez maior da classe social como categoria de análise. Isso se deve à emergência e legitimação de outros demarcadores identitários, como etnia e gênero<sup>8</sup>, e também pelo deslocamento da dimensão da produção para a da esfera do consumo<sup>9</sup>. O processo social e histórico que tem fragmentado as identidades e enfraquecido

<sup>8</sup> Processo conhecido como fragmentação e descentramento das identidades. A este respeito ver Hall (2002).

<sup>9</sup> Sobre este assunto, entre outros autores, pode-se consultar Bauman (2008).

as macrorreferências deu visibilidade a um conjunto de questões de grande relevância política, como a emergência de novos direitos de grupos sociais (mulheres, negros, indígenas, imigrantes), relacionados às novas subjetividades e percepções de mundo. No entanto, essas mudanças têm obscurecido e tornado opacas relações sociais muito assimétricas que recriam relações de dominação e de subordinação social.

Um dos caminhos para dar maior visibilidade é, além da reforma na legislação, o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem as demandas do grupo social que passou a viver em uma nova realidade instituída pela inserção de seu local de moradia e trabalho dentro ou no entorno de uma unidade de conservação.

Merece destaque, ainda, o fato de que, mesmo de modo lento e insuficiente, o Estado brasileiro tem investido no aparato administrativo e fiscalizador das UCs, mas não tem agido (nem mesmo dessa maneira tímida) no sentido da elaboração, implementação e gestão de políticas públicas voltadas para as populações locais não tradicionais.

Como se vê, se a realidade observada no povoado Rio das Pedras não coincide completamente com as que deram origem aos estudos sobre "ecologismo dos pobres", "conflitos ambientais" e "justiça ambiental", essas linhas analíticas representam referências teóricas e conceituais mais consistentes para fazer avançar a discussão sobre a realidade de populações não tradicionais e unidades de conservação.

## Conclusão

Realidades como a observada no povoado Rio das Pedras colocam em questão o alcance das políticas ambientais vigentes. Até que ponto a sustentabilidade socioambiental não recria assimetrias e, portanto, não reproduz a desigualdade social? Por outro lado, se a sustentabilidade socioambiental depende da superação da pobreza e das desigualdades, como garanti-la na prática por meio das políticas públicas? Como efetivar ações que deem conta de situações extremamente complexas como a observada nesse povoado? Se o desenvolvimento socioambiental depende da participação da população, como garantir que isso aconteça em um contexto caracterizado pela baixa escolaridade, por uma tradição política incipiente e pela predominância do interesse privado sobre o público? Por onde se devem iniciar as mudanças? Pela escolarização? Pelo empoderamento dessa população? Ou o início já teria ocorrido com a implementação do PARNASI? De qualquer modo, o estudo ratifica o argumento de que se, por um lado, a preservação de biomas, espécies da flora e da fauna é um imperativo, por outro, a conta, mais uma vez, está sendo paga pelos segmentos sociais mais vulneráveis. Não se pode perder de vista que são exatamente esses segmentos que historicamente sempre arcaram com os custos sociais do crescimento econômico.

Este artigo evidenciou a invisibilidade política e conceitual de populações não tradicionais no contexto do debate so-

cioambiental. Nesse sentido, situamos o estudo sobre o povoado Rio das Pedras no interior da trajetória teórica e histórica do processo de criação das unidades de conservação no mundo e no Brasil. Acerca desse tema, destacou-se o crescimento do número de unidades de conservação, bem como de sua extensão. Além do aspecto quantitativo, procurou-se demonstrar que o surgimento e o crescimento das UCs estão, também, ligados a um debate teórico e político sobre seu significado e sobre sua importância nos rumos do desenvolvimento econômico da sociedade industrial e pós-industrial.

Também destacamos que muitos problemas preexistentes à instalação do Parque Nacional, tais como a baixa escolaridade e ausência de saneamento básico, foram agravados (risco de falta de emprego e renda), como, por exemplo, os relativos à legislação ambiental. Essas características tornam os moradores pobres do povoado ainda mais vulneráveis, já que não podem ser tratados como tradicionais.

Face a essas particularidades sociais, políticas e culturais dos moradores do povoado Rio das Pedras, procuramos dar visibilidade à realidade vivenciada por meio de ideias e categorias, tais como "ecologismo dos pobres", "conflitos socioambientais" e "justiça ambiental". Desse modo, verificou-se primeiro que o povoado estudado, apesar de seu número reduzido de moradores, é muito heterogêneo no que diz respeito à sua composição social e ocupação em atividades produtivas. Seus moradores estão inseridos em uma relação assimétrica de poder com outros sujeitos no circuito das relações sociais produzidas pela implementação do PARNASI.

Ao lado disso, mas de modo interdependente, verificou-se que, inclusive por razões históricas, há uma incipiência política muito grande, de modo a inserir o povoado numa realidade singular, mesmo quando sejam considerados conflitos ambientais envolvendo populações não tradicionais. Desse modo, podemos falar que os conflitos ali existentes de modo latente ainda não foram plenamente "ambientalizados".

O fato é que, ao colocarmos as populações pobres não tradicionais no centro do debate ambiental, não apenas a dimensão do conflito emerge como central, mas também fica evidente a necessidade de desfazermos possíveis homogeneizações produzidas, principalmente, quando elas se baseiam em soluções técnicas e na ênfase econômica. Desse modo, ao não serem classificadas como tradicionais, tais comunidades ficam ainda mais vulneráveis, inclusive porque não existe na legislação uma referência que lhes dê amparo face ao Estado e aos atores sociais mais poderosos com os quais se relacionam.

Assim como existiram as reivindicações política e acadêmica para que caçaras, vageiros, caipiras e outros grupos tradicionais recebessem, ao lado dos indígenas, maior atenção e proteção legal, este artigo propõe que outras populações vulneráveis social, cultural, econômica e politicamente passem, também, a ter maior visibilidade no interior da academia, bem como da gestão e das políticas públicas.

A problemática aqui investigada, desse modo, tem sido pouco debatida. O estudo sugere que a questão ambiental pode



e deve ser um vetor para a superação de vulnerabilidades. De fato, o caso estudado demonstra que a sustentabilidade socioambiental só será possível quando antigas dívidas sociais (educação, saneamento básico, ampliação do espaço público) e históricas forem saldadas.

## Referências

- ACSELRAD, H. 2004. Conflitos ambientais – a atualidade do objeto. In: H. ACSELRAD, *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, p. 7-11.
- ACSELRAD, H. 2010. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, 24(8):103-119.
- ALIER, J.M. 2007. O ecologismo dos pobres. *RA'EGA – O Espaço Geográfico em Análise*, 21:9-21. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/17910/11685>. Acesso em: 23/03/2012.
- BAUMAN, Z. 2008. *Vida para consumo*. Petrópolis, Vozes, 199 p.
- BRASIL. 2007. Decreto nº 6.040, de 07/02/2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm). Acesso em: 12/04/2011.
- BOTELLI, Á.A.K. 2010. *O uso das plantas medicinais nas comunidades do entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana/SE*. São Cristóvão, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 114 p.
- CANCLINI, N.G. 2007. *Diferentes, desiguais e desconectados*. 2ª ed., Rio de Janeiro, UFRJ, 283 p.
- CREADO, E.S.J.; MENDES, A.B.V.; FERREIRA, L.C.; CAMPOS, S.V. 2008. Entre "tradicionais" e "modernos": negociações de direitos duas unidades de conservação da Amazônia brasileira. *Ambiente & Sociedade*, 11(2):255-271.
- CUNHA, L.E.; COELHO, M.C.N. 2007. Política e gestão ambiental. In: S.B. da CUNHA; A.J.T. GUERRA (org.), *Questão ambiental: diferentes abordagens*. 3ª ed., Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, p. 43-79.
- DANTAS, I.C. 1987. Itabaiana, a dominação coercitiva. In: I.C. DANTAS, *Coronelismo e dominação*. São Cristóvão, Editorial UFS, p. 15-33.
- DIEGUES, A.C. 1996. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo, Editora HUCITEC, 163 p.
- DIEGUES, A.C. 2000. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. 2ª ed., São Paulo, Hucitec, 290 p.
- ENNES, M.A. 2008. Identidade, desenvolvimento e Natureza. In: A.C. SANTOS, *Filosofia & Natureza*. Aracaju, Ed. Universidade Federal de Sergipe, p. 184-200.
- ENNES, M.A. 2010. Reestratificação social em áreas de preservação ambiental: o caso dos povoados Bom Jardim e Mundês em Itabaiana/SE. *Cadernos CERU (USP)*, 21:129-143.
- ENNES, M.A.; NASCIMENTO, L.M.B.; OLIVEIRA, M.S. 2009. "Arrancar inhome": entre a ilegalidade e a resistência. *Scientia Plena*, 5:1-8.
- FIGUEIREDO, C.T. 2011. *Modernidade, exclusão em áreas ambientalmente protegidas: olarias e cerâmicas no entorno do Parque Nacional da Serra de Itabaiana-SE*. Aracaju, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 175 p.
- HALL, S. 2002. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- LEFF, E. 2007. Globalização, ambiente e sustentabilidade do desenvolvimento. In: E. LEFF, *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder*. 5ª ed., Petrópolis, Vozes, p. 15-31.
- LITTLE, P.E. 2006. A etnografia dos conflitos socioambientais: bases metodológicas e empíricas. In: ANPPAS, 2006. Disponível em [http://www.anppas.org.br/encontro\\_anual/encontro2/GT/GT17/gt17\\_little.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT17/gt17_little.pdf). Acesso em: 23/03/2012.
- LOPES, J.S.L. 2006. Sobre processos de "ambientalização" dos conflitos ambientais e sobre o dilema da participação. *Horizontes Antropológicos*, 12(25):31-64. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832006000100003>
- MENEZES, L.C. de. 2004. *Uso sustentável da Serra de Itabaiana: preservação ou ecoturismo?* São Cristóvão, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 192 p.
- MORALES, S.P.D. 2011. *Conflitos ambientais em unidades de conservação: uma abordagem sobre relações de poder na institucionalização do Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE-Brasil*. Aracaju, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 164 p.
- PORTO, M.F.; MILANEZ, B. 2009. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. *Ciência & Saúde Coletiva*, 14(6):1983-1994. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232009000600006>
- QUEIROZ, M.I.P. de. 2008. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: C.T. LUCENA; M.C.S.S. CAMPOS; Z.B.F. DEMARTINI, *Textos em Ciências Sociais: olhares de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. São Paulo, Humanitas, p. 35-79.
- RICHARDSON, R.J. 1999. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3ª ed., São Paulo, Atlas, 199 p.
- SANTANA, V.B. de. 2002. *Serra de Itabaiana: das brumas do imaginário: a cerca invisível*. São Cristóvão, SE. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe, 121 p.
- TEIXEIRA, C. 2005. O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20(59):61-66. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69092005000300004>
- VECCHIATTI, K. 2004. Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura. *São Paulo em Perspectiva*, 18(3):90-95.
- ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K. (org.). 2010. *Desenvolvimento e conflitos ambientais*. Belo Horizonte, UFMG, 484 p.

Submetido: 07/02/2014

Aceito: 05/09/2014